

The background features a stylized cityscape with various buildings represented by blue and white grid patterns. A prominent building on the left is a tall, curved structure with a dense grid. Other buildings are scattered around it, some with different grid patterns. The background is light blue with a network of thin lines and circular nodes, suggesting a digital or social network theme.

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	<p>Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : entendendo as necessidades da sociedade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais Aplicadas. Entendendo as Necessidades da Sociedade; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-424-5 DOI 10.22533/at.ed.245192506</p> <p>1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 301</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Entendo as Necessidades da Sociedade”, apresentam-se artigos e pesquisas que mantêm relação com demandas da sociedade contemporânea, a partir de estudos realizados nas diferentes regiões do Brasil, representando a diversidade territorial, bem como, as singularidades e elementos que as conectam.

Apresentam-se ainda, três artigos em espanhol, sendo estes de cursos de graduação e pós graduação do Uruguai, México e Espanha e um em inglês do programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Tais artigos mostram-se pertinentes e contribuem para as discussões e análises que são apresentadas aos leitores a partir do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

São ao todo cinquenta artigos divididos em dois volumes. Os artigos foram organizados em seis seções, conforme segue: **Tecnologia e Comunicação**, sendo esta a primeira seção, em que são abordadas as relações existentes entre a tecnologia e a comunicação com os processos de trabalho, políticas públicas, inovação nos processos de gestão e de conhecimento; O **Comportamento Organizacional**, título que nomeia a segunda seção, apresenta-se de maneira expressiva nos artigos que também tematizam os processos decisórios e de gestão de conhecimento no setor empresarial, com valorização do capital humano e da função social das empresas; **Cidadania e Políticas Públicas**, aborda pesquisas realizadas entorno das políticas de saúde, de atendimento às crianças e adolescentes, da educação, da questão agrária, da segurança pública e das políticas tributárias na lógica de cidadania e garantia de direitos; **Estado e Sociedade**, aborda as relações estabelecidas entre estes, apontando para a importância e impacto dos movimentos sociais para a definição de pautas que contemplem os diferentes interesses existentes na sociedade de classes; *Os artigos que compõem a seção Trabalho e Relações Sociais* debatem o grau de satisfação de acesso ao trabalho em um contexto de terceirização e precarização das relações estabelecidas através deste e por fim, em **Estudos Epistemológicos** apresentam-se dois artigos que analisam perspectivas diferentes do processo de construção do conhecimento.

Os artigos apresentam pesquisas de envergadura teórica, as seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades e desafios postos para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado Marta Fuentes-Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.2451925061	
CAPÍTULO 2	14
INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Lavinha Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2451925062	
CAPÍTULO 3	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	
Monica Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925063	
CAPÍTULO 4	29
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	
Diamantino Ribeiro Jorge Remondes António Pedro Costa	
DOI 10.22533/at.ed.2451925064	
CAPÍTULO 5	45
A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	
Carolina Portella Pellegrini Simone Régio dos Santos Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2451925065	
CAPÍTULO 6	58
O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DO GARANTISMO PENAL	
Mariana Hazt Lencina Cândida Joelma Leopoldino	
DOI 10.22533/at.ed.2451925066	
CAPÍTULO 7	74
DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	
Gilberto Leonello Carolina Corrêa Soares Natália Ongaratto da Rosa Stéfani Wontroba Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925067	

CAPÍTULO 8	84
DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD	
Mabela Ruiz Barbot	
DOI 10.22533/at.ed.2451925068	
CAPÍTULO 9	96
GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	
Evandro Alves Barbosa Filho	
Maria Izabel Rêgo Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.2451925069	
CAPÍTULO 10	110
ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015	
Cristian Carlos da Silva Coelho	
Gabriel Ribeiro de Abreu	
Arlane Lopes Chaves	
Luana Sousa Almeida	
Lilane de Araújo Mendes Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.24519250610	
CAPÍTULO 11	124
OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS	
Thaynara Keila Oliveira	
Jerson Krack	
DOI 10.22533/at.ed.24519250611	
CAPÍTULO 12	140
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250612	
CAPÍTULO 13	151
REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE “15 DE SETEMBRO” EM PORTUGAL	
Isabel Babo	
Célia Taborda Silva	
DOI 10.22533/at.ed.24519250613	
CAPÍTULO 14	166
REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA	
Juliana de A. F Doronin	
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.24519250614	

CAPÍTULO 15	174
LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS	
Elisandra Bochi Turra	
Sandra Maria Coltre	
Gilmar Ribeiro de Mello	
Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.24519250615	
CAPÍTULO 16	190
MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21 ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE	
Hugo do Valle Mendes	
Juliano Vargas	
Joanilio Rodolpho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250616	
CAPÍTULO 17	209
SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	
Joseane da Silva Rodrigues	
Darliane Ribeiro Caldas	
Rochele Kaline Reis de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.24519250617	
CAPÍTULO 18	220
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELLECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Carmelinda Parizzi	
DOI 10.22533/at.ed.24519250618	
CAPÍTULO 19	232
ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Pedro Afonso Martini Dreyer	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.24519250619	
CAPÍTULO 20	245
AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ	
Marina Daros Massarollo	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.24519250620	
CAPÍTULO 21	249
DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017	
Erico Souza Costa	
João Gabriel Pagnan Zanette	
Mayara Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.24519250621	

CAPÍTULO 22	260
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Epaminondas da Silva Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.24519250622	
CAPÍTULO 23	276
FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR	
Fernanda Louise de Brito Gonçalves Layanna Pinheiro da Silva Maria Rafaella Marques de Paiva Patrícia Daliany Araújo do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.24519250623	
CAPÍTULO 24	284
COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA “PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA”	
Maria de Fátima Costa Toscano	
DOI 10.22533/at.ed.24519250624	
CAPÍTULO 25	298
QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH	
Andressa Martins do Carmo de Oliveira Thamiris Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.24519250625	
CAPÍTULO 26	308
MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	
Rui Maia Diamantino Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.24519250626	
SOBRE A ORGANIZADORA	332

GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Evandro Alves Barbosa Filho

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Recife – Pernambuco

Maria Izabel Rêgo Cabral

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Programa de Pós-Graduação em Design
Recife – Pernambuco

RESUMO: No Brasil, desde a década de 1990, as políticas sociais e seus mecanismo de gestão que deveriam ser democrático-participativos vêm enfrentando uma expressão específica do projeto burguês sobre as políticas e serviços voltados à reprodução social da parcela da população que vive da venda da sua força de trabalho: a transferência da racionalidade gerencial das empresas privadas capitalistas para a gestão das políticas e serviços de bem-estar social, o chamado gerencialismo. Longe de ser uma questão apenas da realidade brasileira, o surgimento e hegemonia da: gestão por resultados, gestão pós-burocrática, gestão gerencialista, etc. remete ao conjunto de respostas ideológicas, políticas, econômicas, institucionais e culturais que o capitalismo globalizado e suas elites criaram a partir de 1973 para responder a sua crise estrutural, realizando o desmonte do poder que as classes e grupos subalternos conquistaram na

formulação e gestão das políticas sociais nas democracias ocidentais desde o pós Segunda Guerra Mundial. Diante disso, o presente artigo analisa criticamente a formulação do gerencialismo ou nova gestão pública. O trabalho tem natureza qualitativa e realizou, por meio de revisão narrativa, um estudo histórico-crítico sobre a origem do gerencialismo e sua relação indissociável com as ideologias, teorias e concepções do projeto neoliberal de restauração de poder de classe capitalista frente a sua segunda crise estrutural do século XX. O estudo evidencia como a adoção da gestão por resultados e o fetiche pelo produtivismo/tecnicismo na gestão das políticas e serviços sociais faz parte uma ofensiva de redução e descaracterização das políticas de bem-estar social, servido à acumulação capitalista por meio da espoliação de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo, Neoliberalismo, Política social.

ABSTRACT: In Brazil, since the 1990s, social policies and their management mechanisms, which should be democratic and participatory, are facing a specific expression of the bourgeois project on policies and services aimed at the social reproduction of the population that lives from the sale of their labour force: the transference of managerial rationality from private capitalist organizations to the management of social

welfare policies and services, the so-called managerialism. Far from being a question only of the Brazilian reality, the emergence and hegemony of the management by results, post-bureaucratic management, managerial management, and so on. refers to the set of ideological, political, economic, institutional and cultural responses that globalized capitalism and its elites created after 1973 to respond to their structural crisis, by dismantling the power that the subaltern classes and groups conquered in the formulation and management of social policies in Western democracies since the post-World War II. Thus, this article critically analyzes the formulation of managerialism or new public management. The work has a qualitative approach and was carried out, through a narrative review, a historical-critical study on the origin of managerialism and its inseparable relation from the ideologies, theories and conceptions of the neoliberal project of restoration of capitalist class power in the face of its second crisis structure of the twentieth century. The study shows how the adoption of results-based management and the fetish by productivism / technicism in the management of social policies and services is part of an offensive to reduce and de-characterize social welfare policies, served by capitalist accumulation through the spoliation of rights.

KEYWORDS: Managerialism, Neoliberalism, Social Policy.

1 | INTRODUÇÃO

Desde o processo de redemocratização do Brasil, sobretudo com a publicação da Constituição Federal de 1988, primeira Constituição Brasileira a comprometer o Estado com a criação de uma estrutura nacional interfederativa de seguridade social, que articula municípios, estados e união na provisão de políticas e serviços sociais, os/as assistente sociais têm sido chamados à assumir funções e cargos de gestão de políticas públicas e políticas sociais.

Esse processo de diversificação dos espaços sócio-ocupacionais das/dos profissionais de Serviço Social foi aprofundado ao longo das décadas de 1990 e 2000 com a aprovação das leis orgânicas da saúde e da assistência social e com a criação de novas políticas e programa sociais voltados a responder às refrações da questão social.

Embora a conjuntura pós-ruptura com a autocracia civil-ditatorial tenha criado novos espaços e mecanismos institucionais de promoção e garantia de direitos sociais e políticos de cidadania, a euforia com a democracia foi tensionada, ainda no início dos anos 1990, pela difusão e hegemonia da ideologia neoliberal. Um marco do compromisso do Estado Brasileiro com a viabilização da agenda neoliberal foi a aprovação, em 1995, do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE). Este plano, além de propor a privatização de grande parte das empresas públicas e serviços de bem-estar social, também defendia a introdução das práticas de gestão desenvolvidas no setor privado em todas instituições e serviços realizados, financiados ou gerenciados pelo Estado brasileiro. O PDRE deu um novo nome ao modelo de gestão das políticas

públicas e sociais: gestão pós-burocrática, em uma clara tentativa de desvincular a experiência de gestão por resultados ou gerencialista no Brasil à ideologia ou corpo teórico que a sustenta, a neoliberal.

Mais do que a difundida ideia de “Estado mínimo”, o neoliberalismo demanda um Estado forte e presente para garantir às melhores condições ao processo de acumulação capitalista, o que se realiza não apenas por meio da mercantilização das políticas sociais. De acordo com o discurso neoliberal, também é necessário blindar o Estado em relação às demandas coletivas e diminuir as possibilidades de os canais democráticos de participação política e gestão democrático-participativa serem ocupados por sujeitos coletivos organicamente comprometidos com as classes e grupos sociais subalternizados.

Para tal, os pensadores neoliberais criaram sua proposta própria de gestão pública: a gerencialista, também conhecida como gestão por resultados, gestão pós-burocrática ou nova gestão pública. Para compreender esse paradigma de gestão, que invalida as propostas de gestão democrático-participativa e democracia direta, manifestos na Constituição Federal e nas leis orgânicas das políticas de seguridade social, é preciso compreender a construção do projeto que o fundamenta, o neoliberal.

Sendo assim, antes de analisar as correntes teóricas que fundamentam o gerencialismo ou Nova Administração Pública na gestão das políticas públicas e sociais, é necessário historicizar e caracterizar algumas determinações sócio históricas que subsidiaram a constituição da gestão pública gerencial. Somente a partir de ponderações sobre a atual crise do sistema capitalista, cujas diferentes formas são evidenciadas por conceitos como: neoliberalismo, mercado global, Estado Mínimo, (contrarreforma) e livre mercado, que impactam profundamente a formulação e materialização das políticas sociais (ANDERSON, 2002), é que se torna possível analisar o surgimento e difusão do gerencialismo, enquanto novo padrão de gestão pública, coerente às novas pressões do capital sobre as políticas públicas e sociais (ANDREWS, 2010). Portanto, é interessante ressaltar a impossibilidade de abordar criticamente este paradigma de gestão sem discorrer sobre a constituição histórica do neoliberalismo, Friedman, Hayek e os intelectuais da *public choice theory*, a teoria da escolha pública.

Porém, é interessante sinalizar que o neoliberalismo, amplamente abordado, sob diversas perspectivas e em vários campos do conhecimento, poucas vezes tem o seu percurso histórico abordado. Esse esforço é necessário por entendermos que a principal função da economia, que é contribuir para o pleno desenvolvimento humano e ambiental, promovendo bem-estar material e dignidade, vem sendo intencionalmente negada pela dinâmica de produção e reprodução capitalista, o que representa um desafio central ao conjunto das políticas sociais e se reflete nas condições de vida de mulheres e homens que têm a venda da sua força de trabalho como única forma de sobrevivência. Neste sentido, as crescentes desigualdades sociais encontradas em países centrais e, de forma mais aguda, nos periféricos, não são compreendidas como

naturais e imutáveis, mas resultantes de uma sociabilidade produtora de pauperismo e exploração (ANDERSON, 2002; BEHRING, 2003).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar criticamente o gerencialismo enquanto paradigma de gestão das políticas sociais e públicas. Para tal foi realizada pesquisa bibliográfica de clássicos do pensamento social crítico, como Perry Anderson e David Hardey, assim como, de autores que abordam criticamente a temática da gestão pública, a exemplo de Christina Andrews. A pesquisa que deu origem a este estudo foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 | NEOLIBERALISMO: BREVE DEBATE E PERCURSO HISTÓRICO

O conjunto de teses e teorias que vieram a ser conhecidas como neoliberalismo foram formuladas após a Segunda Guerra Mundial, na Europa Ocidental e na América do Norte. Essas produções intelectuais representavam uma reação teórica e política contra a intervenção do Estado na Economia e ao *Welfare State* europeu e a experiência estadunidense da *Great Society*. Durante sua existência, o neoliberalismo vem se configurando como algo mais complexo do que uma simples reatualização do liberalismo clássico do século XIX (HARVEY, 2008).

Em 1944, Friedrich August Von Hayek publica o livro *O Caminho da Servidão*, obra que se estabeleceu como um marco teórico fundador do neoliberalismo. Nesta, o autor realiza profundas críticas à regulação estatal sobre o mercado. Para Hayek, a restrição ao livre mercado é uma séria ameaça à liberdade econômica e política. Ele defende que apesar das boas intenções da socialdemocracia, esta conduz ao mesmo desastre que o nazi-fascismo: a servidão moderna. Sua teoria sobre o Estado Social europeu não é aceita pelos reformadores da Europa keynesiana, ficando restrita ao plano teórico por mais de duas décadas, e os fundamentos do Estado de Bem-Estar se consolidam na Europa ocidental do pós-guerra.

Em 1947, Hayek convocou para um encontro, diversos intelectuais de várias nacionalidades, entre eles Milton Friedman, Michael Polanyi, Maurice Allais, Walter Lippman, Karl Popper, Lionel Robbins, Salvador de Madariaga, Ludwig Von Mises e Wilhelm Ropke, e que compartilhavam de suas teorizações sobre a relação Estado-mercado, obviamente, todos contrários ao Estado providência europeu; ao new deal americano e à experiência soviética.

A reunião, que objetivava aglutinar estudiosos defensores do liberalismo econômico e que propunham uma versão mais radical do neoliberalismo, aconteceu em *Mont-Pèlerin*, cantão suíço de Vaud, em 1947, e, por isso, foi denominada Sociedade de *Mont-Pèlerin*. Esse grupo tinha dois grandes objetivos: construir críticas científicas ao keynesianismo e às políticas sociais distributivas, disseminadas na Europa, EUA, Canadá e Japão após a Segunda Guerra Mundial, e preparar fundamentos teóricos de

outro tipo de capitalismo, em uma forma mais “pura”, livre de qualquer cerceamento extra-mercado. Mas a conjuntura deste período (1945-1973) se apresentava como um obstáculo à legitimação de reformas neoliberais e uma conseqüente negação ao Estado providência. Neste momento, a “idade de ouro” do capitalismo, especialmente entre as décadas de 1950 e 1960 (ESPING-ANDERSEN, 1995; HARVEY, 2008), o crescimento econômico foi significativamente rápido. A constituição de um expressivo fundo público nos países do Norte, capitalistas centrais, possibilitou o financiamento da acumulação do capital e, ao mesmo tempo, o financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo a coletividades por meio de investimentos no campo social (OLIVEIRA, 1988).

A medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro desemprego, os subsídios para o transporte, os benefícios familiares (quotas para o auxílio habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo, são seus exemplos. A descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria muito mais longa: inclui desde os recursos para a ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada “Europa Verde” dos membros da CEE), e o mercado financeiro e de capitais e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais como blue chips intervém na circulação monetária de excedentes pelo *open Market*, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública etc (OLIVEIRA, 1988, p.09-10).

Por conseguir promover a “harmonização” entre a satisfação de necessidades sociais da classe trabalhadora e a necessidade de lucro e extração de mais valia do capital, os Estados interventores fordista-keynesianos, no caso de capitalismo central, e os Estados desenvolvimentistas, no caso dos países de capitalismo periférico como o Brasil, neutralizaram momentaneamente os discursos dos neoliberais contra os supostos perigos do crescente controle e regulação estatal sobre o mercado por parte do Estado. No entanto, mesmo diante do êxito do Estado social, a sociedade de *Mont-Pèlerin* direcionou profundas críticas ao igualitarismo defendido pelo Estado de Bem-Estar por meio de suas políticas públicas distributivas e pleno emprego, assim como reagiu à planificação social e econômica dos países do bloco soviético (ANDERSON, 2002; HARVEY, 2008). Para os primeiros intelectuais neoliberais, o igualitarismo fomentado pelo Estado-providência é destruidor da liberdade dos cidadãos e da vitalidade das competências, duas qualidades das quais, segundo eles, depende a prosperidade de todos (LAURELL, 2008). Portanto, afirmando que a desigualdade é um valor positivo, indispensável, uma necessidade para o sucesso das sociedades ocidentais. Se esse corpus teórico permaneceu restrito ao meio acadêmico por mais de vinte anos, essa realidade mudou profundamente a partir da década de 1970 (ANDERSON, 2002; ANDREWS, 2010; HARVEY, 2008).

A crise do capital, que eclodiu em 1974, pôs em cheque o modelo econômico

do keynesianismo-fordismo. Os países do capitalismo central sucumbem em uma profunda recessão, vivenciando depois de três décadas de crescimento econômico, uma combinação entre recessão e uma insignificante taxa de crescimento, a *stagflation*. Diante dessa nova conjuntura econômica, combinada ao surgimento e/ou expansão de uma Nova Direita como força político-ideológica (HARVEY, 2008; LAURELL, 2008), estão postas as condições à visibilidade e legitimação do neoliberalismo.

Para os intelectuais da Sociedade de *Mont-Pèlerin*, esta crise era resultado direto do poder excessivo conquistado pelos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário. As considerações destes sobre a crise de 1974 representam bem o conteúdo conservador destas teorias. Segundo os neoliberais, a ação política da classe trabalhadora organizada colocava em risco as bases da acumulação privada, por meio de sua luta por melhorias salariais e reivindicações para que o Estado Social desmercantilizasse muitas de suas necessidades sociais, através de políticas públicas de orientação protetiva (BARBOSA FILHO & ROCHA, 2016; MIOTO, 2008). Hayek, Friedman e seus companheiros defendiam que esta dupla pressão, realizada pelos sindicatos sobre as empresas, gerava processos inflacionários, altas de preços, que resultava em crises das economias de mercado.

A reorientação indicada pelos neoliberais era clara: é necessário fortalecer o Estado na direção de quebra do poder dos sindicatos, mas o fortalecimento deste Estado deve ser restrito no seu investimento em políticas sociais e na sua intervenção na economia. Segundo esse receituário, a estabilidade monetária deve ser o objetivo central de todos os governos. Sendo assim, uma disciplina orçamentária é fundamental e deve ser acompanhada por restrições nas despesas sociais e por uma taxa permanente de desempregados, naturalizando o exército de trabalhadores sobrantes. Estas estratégias deveriam enfraquecer os sindicatos e a função social do Estado Providência.

Além disso, reformas fiscais deveriam ser realizadas com o objetivo de incentivar os agentes econômicos (burguesia) a poupar e investir, por meio de redução de impostos sobre as rendas mais elevadas e sobre os lucros das grandes empresas (ANDERSON, 2002; BARBOSA FILHO & ROCHA, 2016; HARVEY, 2008). O resultado dessas “reformas para o grande capital” deveria ser uma desigualdade benéfica, para o livre mercado, que dinamizaria as economias das potências capitalistas, em risco por causa das políticas inspiradas nas proposições de Keynes e Beveridge, ou seja, a intervenção estatal anticíclica e a redistribuição de bens e serviços sociais (OLIVEIRA, 1988). A expectativa dos defensores do Projeto neoliberal era de que o crescimento viria naturalmente, quando fosse alcançada a estabilidade monetária e reativados os incentivos ao livre funcionamento do mercado: desfiscalização, limitação dos investimentos e cobertura das políticas sociais, desregulamentação da economia entre outros (ANDERSON, 2002; BEHRING, 2003; MATIAS-PEREIRA, 2009; PEREIRA, 2008).

A hegemonia do projeto neoliberal não ocorreu de forma imediata entre os

países desenvolvidos. Logo após a crise de 1974-1975, os países centrais tentaram mitigar a crise utilizando-se de estratégias keynesianas. Somente no fim da década, em 1979, é que o neoliberalismo chegou ao poder, com o Governo de Margaret Thatcher. Este foi o primeiro país desenvolvido que assumiu uma plataforma política assumidamente neoliberal. Logo depois, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados Unidos da América com o mesmo compromisso. Em 1982, foi a vez da Alemanha, através da eleição de Helmut Kohl, mas talvez a eleição mais representativa da orientação rumo ao neoliberalismo tenha sido a da Dinamarca, também em 1982, o que significou que até o bem-sucedido Estado-Providência nórdico, “o caminho escandinavo” (ESPING-ANDERSEN, 1995) foi questionado pela onda neoliberal. Logo depois, praticamente todos os Estados na Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria passam a ser governados por partidos de direita.

Pode-se dizer que essa expansão de governos conservadores criou a condição política necessária à disseminação do neoliberalismo entre os países centrais. Corroborar-se aqui com as análises de Perry Anderson (2002) e Sampie Terreblanche (2012), para quem a hegemonia de uma nova direita na Europa e na América do Norte, consolidada ainda nos anos 1980, propiciou de forma incontestável o triunfo do projeto neoliberal no centro do capitalismo mundial.

No âmbito da gestão pública, o ideário neoliberal propõe a substituição da administração burocrática, consolidada no Estado providência, por uma administração denominada gerencial (FARAH, 2006). Antes de abordarmos a filosofia administrativa, ou seja, o novo paradigma para a gestão pública elaborado para e pelo neoliberalismo (MATIAS-PEREIRA, 2009; ANDREWS, 2010), pontuaremos algumas análises sobre o neoliberalismo e seu impacto nas políticas sociais da América Latina.

3 | NEOLIBERALISMO NA PERIFERIA CAPITALISTA: TENDÊNCIAS DA POLÍTICA SOCIAL SOB O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

O subcontinente latino-americano é considerado pelos organismos multilaterais financeiros e potências capitalistas como uma unidade geográfica, política e econômica específica, separada dos países de capitalismo central do continente: Canadá e Estados Unidos da América (AMIN & HOUTART, 2003). Entretanto, as realidades socioeconômicas e políticas de cada Estado nacional latino são bastante distintas (BOSCHETTI, 2010).

A América Latina vivenciou a primeira experiência sistemática de reforma orientada pelo neoliberalismo: o Chile ditatorial, governado pelo General Pinochet, após o golpe de Estado de 1973, regime que sinalizou o início do ciclo neoliberal, cuja inspiração teórico-ideológica do ajuste da reforma neoliberal era o americano Milton Friedman, integrante da Sociedade de *Mont-Pelèrin*. O Chile, sob o governo autocrático de Pinochet, materializou o seu programa neoliberal imediatamente e de

forma ortodoxa: desregulamentação da economia, desemprego maciço, repressão anti-sindical, redistribuição da riqueza em favor da burguesia, privatização do setor público e das empresas estatais etc. Todo este processo orientado por uma versão mais “pura” do neoliberalismo ocorreu quase dez anos antes da experiência britânica, liderada por Margaret Thatcher.

Outro caso que reforça a tese da América Latina como laboratório de experiências neoliberais é o da Bolívia, em 1985, empreendida pelo economista americano Jeffrey Sachs, que desenvolveu planos de reformas orientadas pelo neoliberalismo para a Colômbia antes de aplicá-los em países da Europa Oriental, como Polônia e Rússia. Esses dois países serviram de experimentos neoliberais, mas permaneceram como exceções na região até o fim da década de 1980. A virada da América Latina para o neoliberalismo inicia-se em 1988, no México, com a eleição do presidente Carlos Salinas de Gortari (ANDERSON, 2002; HARVEY, 2008).

As formas como os países da região historicamente respondem aos conflitos sociais são condicionadas por fatores como o nível de industrialização; a resistência das oligarquias agrárias e das burguesias nacionais às mudanças progressistas e à divisão de poder; a atuação de partidos políticos e movimentos sociais de orientação democrático-popular ou revolucionários, entre outros (AMIN & HOUTART, 2003; WANDERLEY, 2008; FERNANDES, 2006).

Por compartilharmos as perspectivas de Gosta Esping Andersen (1995) e Ramesh Mishra (1991 Apud PEREIRA, 2008) sobre o que é *Welfare State*, defendemos a tese que este não existe ou existiu na América Latina.

O *Welfare State*, uma das marcas da “era dourada” da prosperidade do pós-guerra significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania; moralmente, a defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *Welfare State* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo (ESPING-ANDERSEN, 1995, p.73).

Outro elemento é que, nas sociedades ibero-americanas, desemprego, emprego desprotegido, subemprego e profundas desigualdades sociais se apresentam de forma aguda (BOSCHETTI, 2010; LAURELL, 2008; WANDERLEY, 2008) e, como analisou Robert Castel (1998) sobre o Plano *Marshal*, o pleno emprego e a constituição de uma “sociedade salarial”, amplamente amparada pela condição de formalidade do trabalho é um pilar fundamental do *Welfare State*.

Nessa região, a proteção social foi tradicionalmente relegada à família e à rede de proteção próxima (filantropia, mutualismo, intervenções sociais focais e assistencialistas). Nos países latino-americanos, estas e a rede de solidariedade privada (família e relações de parentesco), despontam como amortecedoras das crises sociais e provedoras de bem-estar (CHANT, 2006; MIOTO, 2008, 2010; TEIXEIRA,

2016). Quando comparada à implantação do neoliberalismo realizada nos países do capitalismo central, as experiências da América Latina apresentam diferenças significativas. As últimas têm se configurado em políticas mais ortodoxas. Tanto os postulados neoliberais para a economia como os voltados para a política social tem se desenvolvido de forma mais radical do que ocorreu na Europa e América do Norte, principalmente no tocante à política social. Assim, a restrição da intervenção estatal e o repasse ao mercado acontecem tanto na esfera econômica como nos serviços de bem-estar social (HARVEY, 2008; LAURELL, 2008).

A efetivação do projeto neoliberal nesta região aprofundou as pré-existent manifestações da questão social nos países sul e centro-americanos. O agravamento dos conflitos gerados pela questão social levou os Estados latinos ao desenvolvimento de respostas para “aliviar a pobreza”, apoiados por organismos multilaterais interessados na efetivação do ajuste estrutural na região. O intuito destas medidas de caráter social era evitar que os problemas sociais gerados por uma economia de livre mercado resultassem em projetos políticos alternativos ao liberal, assim como em uma radicalização das lutas sociais.

Por fim, a ofensiva neoliberal na América Latina e Caribe nos anos 1980 e 1990 gerou a realização de reformas regressivas que redefiniram os heterogêneos sistemas de seguridade social, com uma significativa orientação à lógica estrita dos seguros, em detrimento à de seguridade, e, em alguns casos, de privatização dos sistemas predominantes até a década de 1990, aprofundando as iniquidades sociais no subcontinente (ANDERSON, 2002; BOSCHETTI, 2010).

4 | TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA: O FUNDAMENTO TEÓRICO DO GERENCIALISMO

Na década de 1980, enquanto os países da América Latina atravessavam um acentuado processo de recessão, que fez desta a “década perdida”, os países de capitalismo central também iniciavam o ajuste estrutural, gerado por mais uma crise cíclica do capital (BEHRING, 2003). Neste contexto de crise econômica e política, os formuladores de políticas públicas foram pressionados a assumir críticas em relação àquilo que Bobbio (2000) denominou “Estado de serviços sociais”, também conhecido como Estado de bem-estar social.

A partir desta conjuntura, foi elaborado um novo modelo de gestão e de reforma do Estado, o *New Public Management*, que, ficou conhecido no Brasil por “administração pública gerencial” e modelo pós-burocrático. Esse modelo tomou como orientação geral os padrões administrativos oriundos do mercado (ANDREWS, 2010).

As causas da massiva adoção deste paradigma de gestão nos países capitalistas são identificadas por Matias-Pereira (2009) como: redução do tamanho do setor público; maior autonomia e responsabilidade dos gestores (agências executoras);

empowerment (delegação e descentralização); *reinventing government* (reengenharia administrativa); ênfase nos resultados e na necessidade de serem medidos (uso de indicadores de avaliação); equilíbrio financeiro (utilizador-pagador); orientação para os clientes; formas mais flexíveis de contratação de força de trabalho; ênfase na qualidade dos serviços públicos; transparência da informação sobre a gestão pública (*accountability*).

Para Hood (1991 apud MATIAS-PEREIRA, 2009) a Administração Pública Gerencial pode ser sintetizada como a tentativa de redução ou remoção das diferenças entre setor público e privado, refletindo tanto as crenças nos métodos do livre mercado e das empresas privadas quanto a descrença nos servidores, nos órgãos públicos e na defesa da tecnocracia, defendendo que as técnicas gerenciais praticadas nas empresas privadas capitalistas não tem dimensões políticas e que protegem o funcionamento dos Estados do populismo e das ideologias coletivistas. Observa-se que a concretização deste padrão de gestão tem sido efetuada de várias formas, como por exemplo, por meio de privatizações; abertura de mercados antes protegidos; concessões de serviços públicos ao setor privado; além da criação de organizações e contratos com características específicas como: agências reguladoras; parcerias público-privadas, entre outros (ANDREWS, 2010; MATIAS-PEREIRA, 2009).

A “teoria da escolha pública”, que fundamentou a administração pública gerencial, foi criada por economistas norte-americanos no início dos anos 1960, mas teve pouca repercussão nas políticas sociais neste período, permanecendo restrita ao meio acadêmico. No final dos anos 1970, ela foi disseminada entre agentes governamentais de todo o mundo e passou a subsidiar o ideário de reformas administrativas em países que implantaram o neoliberalismo (BARBOSA FILHO, 2013).

A definição da teoria da escolha pública apresentada por um dos seus principais promotores, Dennis Muller, evidencia quais são seus pressupostos:

A teoria da escolha pública pode ser definida como o estudo econômico de decisões extramercado no processo de tomada de decisão ou, simplesmente, como a aplicação da economia à Ciência Política. O postulado básico da escolha pública, assim como para a economia, é do homem como um maximizador de utilidade egoísta e racional (MUELLER, 1984, p.39).

Vale salientar o sentido que o autor atribuiu à expressão “escolhas extramercado”. Mueller deixa claro em sua conceituação a característica central da escolha pública: a aplicação da economia à política. Portanto, as escolhas mencionadas na definição referem-se a escolhas que são realizadas fora do mercado econômico propriamente dito, correspondendo a escolhas públicas. Para esta teoria, os mecanismos que regem o campo político são os mesmos que regem o campo econômico.

Em comum, a teoria da escolha pública e a economia neoclássica têm como pressupostos: o autointeresse; a troca e o individualismo (UDEHN, 1996 Apud ANDREWS, 2010). Depreende-se, então, que, para esta teoria, o princípio do livre mercado é um pressuposto universal. Para estes autores, as escolhas políticas

não podem ser fundamentalmente diferentes de quaisquer outras escolhas que os indivíduos fazem, pois aqueles que têm um comportamento racional e auto interessado no mercado são os mesmos que fazem escolhas coletivas ou públicas em nome da comunidade (BUCHANAN, 1972).

Segundo os teóricos da escolha pública, o auto interesse teria *status* universal, sendo todos os comportamentos sociais explicados a partir da premissa do *homo economicus* que age racionalmente para maximizar suas vantagens e minimizar seus custos (ANDREWS, 2010). Tomando esse princípio como universal, Buchanan faz recomendações sobre a gestão de políticas públicas que ofertam serviços e bens coletivos.

Para Buchanan e demais defensores do liberalismo econômico (liberismo), a intervenção do Estado na economia gera uma externalidade negativa. Eles argumentam que os burocratas e funcionários públicos do Estado agem no sentido de maximizar seus interesses, que estariam fundamentalmente relacionados à expansão da máquina pública, pois supõem que os burocratas expandem seu poder quando aumentam os recursos disponíveis para as suas organizações. Segundo estes intelectuais, o padrão de gestão mais adequado para o Estado seria o de intervenção mínima na sociedade, pois assim conteria os interesses egoístas dos burocratas e demais agentes da estrutura institucional e de poder do Estado (BUCHANAN, 1975).

Fica evidente, que esta proposta configura o “Estado residual” ou “Estado mínimo”, no qual as funções sociais do Estado poderiam ser resumidas à proteção dos contratos e da propriedade privada. Além da proposição de Estado mínimo, outro fundamento teórico do gerencialismo é a separação entre agências formuladoras e implementadoras das políticas públicas. Essa lógica é oriunda da “teoria das agências”. Conforme esta, no setor público, os órgãos formuladores de políticas seriam os “principais”, agências que buscam realizar seus objetivos por meio de “agentes”, que seriam agências executoras de políticas públicas (ANDREWS, 2010). Os “agentes” podem ser órgãos governamentais (agências executivas), organizações sem fins lucrativos e filantrópicas, organizações sociais, organizações sociais de interesse público, consórcios públicos e fundações públicas de direito privado (ANDREWS, 2010; BARBOSA FILHO, 2013; MATIAS-PEREIRA, 2009).

É sob o contexto da contrarreforma do Estado e de contestação dos direitos sociais, que estas teorias subsidiam o gerencialismo, propondo a terceirização, a privatização dos serviços públicos, a diminuição do controle público sobre as políticas públicas, e o “insulamento tecnocrático”, tornando o Estado menos poroso às demandas e necessidades das classes que vivem do trabalho e dos grupos historicamente subalternizados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teorias e as ideologias que influenciaram a construção do paradigma gerencialista de gestão pública, como padrão de gestão hegemônico na contemporaneidade, se mostram coerentes ao ideário das reformas de natureza conservadora ou reacionária implantadas no mundo desde a década de 1970, por meio do projeto neoliberal de restauração e ampliação do poder da classe burguesa.

Por meio de uma visão “estatofóbica”, a nova administração pública propõe contribuir para a viabilização do Estado mínimo e a mercantilização de várias esferas da vida social, antes protegidas pelo Estado Social e seus sistemas de seguridade ou seguros sociais públicos, questionando a cultura dos direitos da classe trabalhadora, confinando os direitos aos direitos do *homo economicus*.

O neoliberalismo não assumiu a mesma magnitude em todos os Estados que o adotaram. Esta ideologia vem assumindo orientações mais ortodoxas para as políticas econômicas e sociais justamente nas regiões periféricas do capitalismo nas quais foi inicialmente testado, como a América Latina, onde o *Welfare State*, segundo os padrões keynesiano-fordista, não se consolidou e onde o Estado tradicionalmente foi colonizada por relações antirrepublicanas, antidemocráticas, centralizadoras e autoritárias.

Como foi visto, as teorias que fundamentam o gerencialismo são coerentes ao projeto do Estado Mínimo, pois suas bases teóricas defendem que todos os sujeitos sociais são motivados por seus interesses próprios, egoístas, sendo oportunistas, enganadores e agentes de exploração sobre a coletividade e, portanto, não confiáveis. Nesse sentido, depreende-se que, no momento em que os agentes indutores das contrarreformas neoliberais dos Estados, e da conseqüente orientação gerencial na gestão das políticas e órgãos públicos, assumem as premissas da Sociedade de *Mont-Pèlerin* e da *public choice theory* eles assumem uma visão burguesa da natureza humana e propõem a naturalização dos processos de exploração, pauperização e pobreza, socialmente produzidos pela sociabilidade do capital.

Dessa forma, os/as assistentes sociais que trabalham no campo da gestão das políticas sociais e das políticas públicas orientadas às necessidades das classes e grupos subalternizados, precisam se apropriar criticamente da crescente influência do gerencialismo ou gestão pós-burocrática na gestão das políticas sociais, mediação fundamental para o enfrentamento das refrações da questão social.

É preciso ter clareza que assim como a reestruturação produtiva, as contrarreformas dos Estados, a financeirização da economia e a hegemonia do pensamento neoliberal, o gerencialismo ou nova gestão pública fazem parte da ofensiva do capital em um campo fundamental da disputa pelo fundo público e de socialização da política: o da gestão das políticas sociais.

REFERÊNCIAS

- AMIN, Samir; HOUTART, François. **Mundialização das Resistências: o estado das lutas em 2003**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANDERSON, Perry. Análise da recente evolução do sistema econômico mundial. In: HOUTART, François; POLET, François (ORGs.). **O Outro Davos: Mundialização de resistências e de lutas**. São Paulo: Cortez, 2002. Cap. 1, p. 11-64.
- ANDREWS, Christina W. Da década perdida à Reforma Gerencial: 1980-1998: In: ANDREWS, Cristina W (ORG). **Administração Pública no Brasil: Breve História Política**. São Paulo: Unifesp, 2010. Cap. 4, p. 85-118.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 102, p.05-21, 02 abr. 2010.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social na América Latina. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 174-195.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- BUCHANAN, James M. Toward analysis of closed behavioral systems. In: BUCHANAN, James M. & Tollison, Robert D. (ORGS.). **The theory of public choice: political applications of economics**. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1972, p.11-23.
- _____. **The Limits of Liberty: Between Anarchy and Leviathan**. Chicago, Chicago University, 1975.
- CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social – uma crônica do salário**. São Paulo: Vozes, 1998.
- CHANT, Sylvia. Rethinking the “feminization of Poverty” in relation to aggregate Gender Indices. **Journal of Human Development**, [s.l.], v. 7, n. 2, p.201-220, jul. 2006.UK Limited. Disponível em:<http://dx.doi.org/10.1080/14649880600768538>. Acesso em: 07, fevereiro, 2019.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova: Revista de Cultura Política**, São Paulo, v. 1, n. 35, p.73-111, 22 out. 1995.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio. **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. São Paulo: FGV, 2006. Cap. 2, p. 41-76.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo:Global, 2006.
- LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: política social na América Latina. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 151-178.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 263 p.

MELO, Marcos André. **Reforma do Estado e Mudança Institucional no Brasil**. In: TENDLER, Judith. *Mitos da Reforma do Estado: conclusões de um estudo de caso no Brasil*. Recife: Massangana, 1999. Cap. 1, p. 33-76.

MIOTO, Regina. Famílias e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete et al (Orgs.). **Política social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008, p. 130-148.

MUELLER, Dennis C. Public Choice: a survey. In: Buchanan, James M & Tollison, R. D. (eds.). **The theory of public choice**. An Arbor, University of Michigan Press, 1984, 23-67.

NAVARRO, Vicente. Produção e Estado do Bem-estar: o contexto das reformas In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 91-124.

OLIVEIRA, Francisco. **O surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. Revista Novos Estudos Cebrap. São Paulo, n. 22, p. 8-28, out./nov., 1988.

PEREIRA, Potyara. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

TERREBLANCHE, Sampie. **Lost in transformation: South Africa's search for a new future since 1986**. Johannesburg: KMM, 2012.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-424-5



9 788572 474245